

FATORES DETERMINANTES NO RECONHECIMENTO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NUMA AMOSTRA DE EMPRESAS DO IBOVESPA NO PERÍODO DE 2003/2005.

Autoria: Clóvis Antônio Kronbauer, Tiago Wickstrom Alves

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar e relacionar os fatores que expliquem o nível de reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos. Embora a Deliberação 273/98 da CVM estabeleça critérios para o reconhecimento e a contabilização de ativos fiscais diferidos, existe margem, dentro das normas contábeis, possibilitando reconhecer em maior ou menor grau, ativos desta natureza. O estudo é realizado a partir de uma amostra de 29 empresas - com dados de 2003 a 2005 - onde se analisa se as empresas cumpriram com as normas da CVM no que se refere ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos e constrói-se, a partir dos dados das demonstrações financeiras, um Índice de Ativos Fiscais Diferidos, o **IAFD**. Esse índice é correlacionado com uma série de variáveis contábeis e de mercado que poderiam explicar o maior ou menor nível de reconhecimento. Esta análise de dependência é feita por meio de regressão múltipla, com dados em painel. Os resultados indicam que, embora as empresas cumpram com a Deliberação 273/98 da CVM, demonstram tendência à manipulação contábil em termos de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, sendo que o endividamento e o tamanho das empresas explicam 92,97% da variação do IAFD.

Palavras Chave: Ativos Fiscais Diferidos; Reconhecimento de ativos. Regressão múltipla

1 - INTRODUÇÃO

O objetivo básico da contabilidade é fornecer aos vários usuários das demonstrações financeiras, informações econômicas relevantes e úteis para o processo de tomada de decisões (IUDÍCIBUS, 2006). Contudo, este objetivo da contabilidade fica prejudicado, com relativa frequência, pela interferência da legislação tributária. Ocorrem problemas quando as normas legais obrigam às empresas a contabilizar certas operações aplicando critérios ou regras fiscais, que contrariam os princípios contábeis. Como consequência disto, a contabilidade produz uma informação híbrida, aplicando princípios contábeis em algumas operações e critérios e regras fiscais em outras (MORENO, 1997).

Para resolver esta discrepância entre princípios contábeis e a normativa fiscal, o *Financial Accounting Standards Board - FASB*, nos Estados Unidos, e o *International Accounting Standards Board - IASB*, em nível internacional, produziram normas que disciplinam o tratamento contábil do Imposto sobre Lucros e seus efeitos temporários no resultado e no balanço, sendo estas, respectivamente os *SFAS* nº 109 de 1992 e a *NIC* nº 12, em vigor desde 1998. No Brasil, a CVM, por meio da Deliberação nº 273 de 1998, e o CFC, pela Resolução nº 998 de 2004, introduziram normas contábeis com a mesma finalidade, buscando assim adaptar-se às normas internacionais.

A adoção de normas contábeis próprias para a contabilização dos Tributos sobre Lucros e os diferentes critérios de imputação temporal de receitas e despesas ao resultado, fazem com que aflorem diferenças entre o resultado contábil e o resultado fiscal que é base de cálculo destes tributos (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

Em função destas diferenças de natureza temporal de reconhecimento de receitas e despesas, surgem os ativos e passivos fiscais diferidos. As diferenças temporárias dedutíveis dão origem aos ativos fiscais diferidos, ou seja, resultam em valores a serem deduzidos no cálculo do resultado tributável de períodos futuros quando o valor contábil do ativo for recuperado. Os ativos fiscais diferidos podem ter origem também a partir de prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros, e de diferentes critérios de mensuração de elementos do ativo e do passivo (FERNÁNDEZ; MARTÍNES; ALVAREZ, 2003).

No Brasil, as companhias de capital aberto, têm a obrigação de cumprir a Deliberação CVM 273/98, desde 1999, ou seja, adotando esta deliberação, devem reconhecer ativos fiscais diferidos, oriundos de diferenças temporárias dedutíveis e de prejuízos fiscais a compensar. Assim, o cumprimento desta norma supõe a geração de informações financeiras que revelem as diferenças entre critérios contábeis e fiscais a fim de garantir transparência e clareza ao usuário externo.

No entanto, ao realizar-se um levantamento de valores de Ativos Fiscais Diferidos reconhecidos nos balanços de um grupo específico de empresas brasileiras que fazem parte do IBOVESPA, durante o período de 2003 a 2005, constatou-se que existem consideráveis diferenças nos níveis de registro destes ativos neste conjunto de sociedades. Partindo do pressuposto de que estas companhias cumprem as normas que regulam o tratamento contábil dos tributos sobre lucros, pela própria condição em que se encontram, surge o problema que a presente pesquisa busca resolver, ou seja: que elementos poderiam explicar as diferenças nos níveis de reconhecimento dos ativos fiscais diferidos?

Com o intuito de responder essa questão é que se propõem esta pesquisa. Ou seja, o objetivo do presente artigo é identificar e relacionar os fatores que expliquem o nível de reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos de 29 empresas brasileiras de capital aberto no período de 2003 até 2005.

Para que se possa alcançar o objetivo proposto, é fundamental percorrer um caminho que leve o pesquisador até esta meta, por meio dos objetivos intermediários, que serão atingidos durante o estudo. Assim, é necessário conhecer a norma contábil que regula o reconhecimento e a evidenciação dos ativos fiscais diferidos, bem como as características e a natureza destes ativos. Adicionalmente, é importante considerar que nas decisões de reconhecer ou não ativos fiscais diferidos, podem influir diversos aspectos, tratados por muitos autores como manipulação contábil. Estes aspectos são abordados no capítulo 2 deste artigo onde forma-se o referencial teórico. No capítulo seguinte (3) tem-se a descrição dos procedimentos metodológicos. A análise dos dados ocorre no capítulo 4, e as conclusões são apresentadas no capítulo seguinte.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Imposto sobre Lucros foi considerado por muito tempo como uma distribuição de resultados, sendo o Estado considerado como participante dos lucros da empresa (LÓPEZ, 1985). Entretanto, contabilizar o Imposto (ou Tributos) sobre o Lucro como uma simples distribuição de resultados é uma prática que afronta os princípios contábeis e a própria noção de continuidade das operações da empresa, sendo esta uma prática inadmissível nos dias atuais (MONTERREY, 1987). Portanto, os Tributos sobre Lucros devem ser reconhecidos como despesa do exercício, e na sua contabilização deve ser observado o princípio de competência (LLÓRENTE, 1997).

O tratamento contábil do Imposto sobre Lucros como uma despesa do exercício é uma prática adotada em economias onde existe independência entre a normativa contábil e as normas fiscais, servindo como exemplo os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos. Assim, a contabilidade financeira, apoiada em princípios contábeis, busca revelar para a entidade seu verdadeiro resultado econômico, que é conhecido como o excedente correspondente aos fatores intervenientes na atividade após a dedução de todos os custos e despesas, nos quais se inclui o Imposto sobre Lucros (VELA, 2000).

A consideração do Imposto sobre Lucros como uma despesa do exercício está contemplada nas normas contábeis que regulam o tratamento contábil deste imposto, e em específico se pode citar o SFAS nº 109 e a NIC nº 12 do IASB em nível internacional, e no Brasil, a Deliberação 273/98 da CVM e a Resolução 998/2004 do CFC.

Do ponto de vista teórico a consideração dos Tributos sobre Lucros como uma despesa do exercício está contemplada na *Teoria da Entidade*, onde a empresa deve ser concebida como uma entidade independente de seus proprietários, os quais são simplesmente titulares de uma participação que lhes dão alguns direitos em relação à companhia, semelhantes aos direitos dos credores (VELA, 1995).

De forma análoga às demais receitas e despesas, e despesa de Tributos sobre Lucros será contabilizada com a observância do princípio de competência. Observar este princípio implica considerar que esta despesa deve ser calculada com base no resultado contábil, depois de deduzidas as diferenças permanentes, pois estas não dão origem a antecipação ou deferimento de tributos. É lógico, que a provisão para o pagamento destes tributos será calculada com base no resultado fiscal, e por conseqüência podem surgir diferenças de natureza temporal entre a despesa de Tributos sobre Lucros e a referida provisão, o que supõe o surgimento de ativos e passivos fiscais diferidos que devem ser reconhecidos no balanço atual, para sua respectiva reversão em períodos seguintes (LABATUT, 1992).

O reconhecimento das diferenças de natureza temporal propicia que todos os seus efeitos fiscais estejam refletidos no balanço. Isto caracteriza o método de reconhecimento integral (*comprehensive tax allocation*) de todas as diferenças temporárias entre o resultado contábil e a base tributável, e se apóia no princípio de competência e na correlação de receitas e despesas, considerando que os efeitos fiscais relacionados a todos os fatos e transações que lhes originam, devem estar refletidos nas demonstrações financeiras (GÓMEZ, 2003).

Tendo o entendimento da natureza conceitual dos Tributos sobre Lucros e os efeitos de sua correta consideração contábil, na seqüência se examinam os aspectos relacionados aos ativos fiscais diferidos, oriundos da referida consideração.

2.1 Os Ativos Fiscais Diferidos e seu Reconhecimento

Os ativos fiscais diferidos surgem das diferenças temporárias dedutíveis e dos prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros. As diferenças temporárias dedutíveis referem-se a situações nas quais, mesmo que contabilmente já tenha sido reconhecido o custo ou despesa no mês ou exercício, sua dedutibilidade para fins de Tributos sobre o Lucro só ocorrerá em períodos posteriores. Estas diferenças originam valores dedutíveis no momento em que se determinam os lucros ou prejuízos fiscais nos exercícios seguintes, quando efetivamente os valores contábeis do ativo sejam recuperados (FERNÁNDEZ; MARTÍNEZ; ALVAREZ, 2003).

Nestas situações haverá o Tributo sobre o Lucro pago ou a pagar, mas a despesa relativa ao mesmo só poderá ser apropriada em um período posterior. Se a despesa contabilizada no exercício não é dedutível, se faz necessário reconhecer na despesa por Tributos sobre o Lucro a redução relativa à mesma, surgindo assim um Ativo Fiscal Diferido recuperável no futuro (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

Com relação aos Ativos Fiscais Diferidos, que tem origem em prejuízos fiscais compensáveis, faz-se necessário considerar que o fato gerador dos Tributos sobre Lucros, no caso das companhias abertas, é a obtenção de benefícios econômicos. Assim sendo, quando a empresa obtém benefício econômico, terá a obrigação de pagar os tributos sobre este benefício (FABRETTI, 2006).

Entretanto, a legislação do imposto de renda permite que a pessoa jurídica reduza o lucro real apurado no período-base, mediante a compensação de prejuízos fiscais apurados em períodos-base anteriores. Esta compensação está limitada a 30% do lucro líquido a cada período de compensação caso a empresa venha a gerar lucros e continuar em funcionamento (HIGUCHI; HIGUCHI; HIGUCHI, 2005).

Existindo a possibilidade da compensação dos prejuízos, no exercício em que estes prejuízos ocorrem, a empresa terá um benefício fiscal, que será realizável em algum exercício futuro. Este benefício reduz o prejuízo fiscal corrente, dando lugar a um ativo fiscal, por

imposto diferido. Reconhecendo este crédito a empresa tem a possibilidade de lucro maior (ou prejuízo menor) depois dos tributos sobre o lucro (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

De acordo a Deliberação CVM 273/98, as empresas deverão reconhecer um ativo fiscal diferido em relação a prejuízos fiscais, à medida que for provável que no futuro existam lucros tributáveis suficientes para compensar esses prejuízos, e com relação a todas as diferenças temporárias dedutíveis, condicionando este reconhecimento à probabilidade de compensação ou liquidação futura. A avaliação da possibilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos é de responsabilidade da administração da entidade e requer julgamento das evidências existentes que garantam a recuperação destes ativos (OLIVEIRA *ET AL.*, 2007).

A referida norma CVM estabelece ainda que, no reconhecimento contábil dos Ativos Fiscais Diferidos é necessário que estes sejam mensurados segundo as alíquotas aplicáveis ao período em que se espera realizar os mesmos. Quando a norma fiscal determinar a aplicação de diferentes alíquotas de imposto para diversas faixas de lucro tributável, esta mensuração deve ser realizada com a utilização de taxas médias.

Após a mensuração e reconhecimento, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados no balanço e adequadamente explicados nas notas explicativas, conforme se explica na seqüência.

2.2 Apresentação de Ativos Fiscais Diferidos nas Demonstrações Financeiras

Uma vez que existe a possibilidade de diferir ativos fiscais, então, quando ocorrerem, obrigatoriamente deveram estar explicitados no balanço. A Deliberação CVM nº 273/98, arts. 035-036 - no que se refere ao balanço - determina que:

- Os ativos fiscais devem ser apresentados separadamente de outros ativos, assim como os ativos fiscais diferidos devem distinguir-se dos correntes, e
- Os ativos fiscais diferidos devem ser classificados destacadamente no Realizável a Longo Prazo e transferidos para o Circulante no momento apropriado, mas sempre evidenciando tratar-se de item fiscal diferido.

Ainda de acordo com estes artigos, a entidade só deve compensar ativos e passivos fiscais se, tendo direito legal para tanto, pretender quitá-los em bases líquidas, ou simultaneamente realizar o ativo e liquidar a obrigação.

Seguindo as exigências desta resolução, nas próprias demonstrações contábeis e/ou em notas explicativas as companhias devem evidenciar, quando relevantes, informações relativas aos seguintes aspectos dos ativos fiscais diferidos (WASSERMANN, 2004, p. 79):

- Natureza, fundamento e expectativa de prazo para realização de cada ativo fiscal diferido;
- Efeitos no ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido decorrentes de ajustes por alteração de alíquotas ou por mudanças na expectativa de realização ou liquidação dos Ativos Fiscais Diferidos;
- Montante das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais não utilizados para os quais não se reconheceu contabilmente um ativo fiscal diferido, com a indicação do valor dos tributos que não se qualificaram para esse reconhecimento; e
- Natureza e montante de ativos cuja base fiscal seja inferior ao seu valor contábil.

Conhecidos os principais aspectos que devem ser observados na contabilização e na divulgação de informações inerentes aos Ativos Fiscais Diferidos, na seção seguinte, são apresentados alguns aspectos inerentes ao reconhecimento destes ativos.

2.3 Aspectos Inerentes ao Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos e Conseqüências

As exigências da Deliberação CVM 273/98 quanto ao reconhecimento, contabilização e divulgação de informações relativas aos Ativos Fiscais Diferido, refletem uma preocupação com os procedimentos de reconhecimento destes ativos e com a própria qualidade da informação financeira. Contudo, é importante destacar que o reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos tem, quase sempre, como contrapartida uma receita ou redução de despesa

dos Tributos sobre o Lucro na Demonstração do Resultado. Portanto, o reconhecimento de um Ativo desta natureza, pode melhorar o resultado, aumentar o valor do Patrimônio Líquido e o próprio valor do Ativo, situação que pode trazer reflexos positivos aos indicadores financeiros e econômicos da empresa, como o endividamento, a liquidez e a rentabilidade.

Neste sentido cita-se:

“Com frequência, gestores e contadores necessitam tomar decisões que envolvem escolhas contábeis, realizando juízos de valor no momento de optar por uma entre as diferentes alternativas que as normas contábeis oferecem. Em determinados casos, estas decisões refletirão nas demonstrações financeiras, fatos que provocam alterações no valor e na composição do patrimônio e do resultado, modificando assim a substância e a forma da informação financeira evidenciada aos usuários.” (GARCÍA-AYUSO; ZAMORA, 2003, p. 397).

A afirmação dos autores citados reforça o aspecto que se quer ressaltar, ou seja, o juízo de valor no momento de reconhecer (ou não) um direito desta natureza. Ao permitir que os gestores possam realizar escolhas entre diferentes alternativas, as normas contábeis facilitam a adoção daquelas práticas contábeis que melhor se adaptem às particularidades e às situações específicas de cada empresa.

Assim, os gestores e responsáveis pela informação contábil, poderiam interpretar as normas contábeis, dentro das margens permitidas pelas mesmas, adotando critérios oportunos no momento de escolher entre as várias alternativas disponíveis. Isso poderia chegar a situações extremas, como é o caso do desvio da riqueza dos proprietários da empresa para o patrimônio pessoal dos interessados (MODIGLIANI; MILLER, 1958)

Contudo, os principais objetivos da utilização de critérios contábeis oportunistas, situação denominada como gestão de resultados (*earnings management*), buscam manter ou incrementar o valor da empresa, apresentando uma situação equilibrada quanto à solvência, associando estes aspectos a mecanismos que possam minimizar impactos normativos negativos, diminuir o pagamento de Impostos sobre Lucros, ou mesmo reconhecer créditos de natureza fiscal (FIELDS; LYS; VICENT, 2001).

Em suma, a decisão de reconhecer Ativos Fiscais Diferidos, pode estar relacionada com a redução no índice de endividamento da empresa, em função do aumento do valor de seu Ativo e do conseqüente aumento do valor do Patrimônio Líquido. Nesta situação, é possível deduzir que um elevado nível de endividamento poderá aumentar a propensão para o reconhecimento destes ativos (GORDON; JOOS, 2004).

Uma análise empírica que confirma essas afirmações teóricas foi realizada por GARCÍA-AYUSO e ZAMORA (2003) que utilizando modelos *logit* univariantes, em uma amostra de empresas espanholas, para o período de 1993 a 1998, constataram que o reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos está relacionado com o nível de lucros passados e futuros destas empresas, caracterizando uma prática de normalização de lucros. A possível melhora dos índices de endividamento, que o reconhecimento destes créditos fiscais pode acarretar, se mostrou um fator determinante na decisão de reconhecer Ativos Fiscais diferidos, existindo uma associação positiva na relação entre estas variáveis.

Considerando os aspectos referidos nesta seção, é possível concluir que a decisão de reconhecer ou não Ativos Fiscais Diferidos, mesmo levando em conta as determinações da normativa contábil que regula esta prática, pode ser influenciada por uma particularidade ou situação momentânea da empresa. Com o objetivo de identificar estes aspectos numa amostra de empresas brasileiras, se realizou o presente estudo, o qual segue no capítulo seguinte, com a apresentação dos aspectos metodológicos empregados na pesquisa empírica.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Esse capítulo objetiva apresentar a classificação da pesquisa e o modelo estatístico utilizado, com a definição da amostra, das variáveis e do período de análise.

3.1 Classificação da pesquisa

Quanto à natureza está pesquisa classifica-se como aplicada uma vez que os resultados podem ser apropriados para aplicação nas empresas e na tomada de decisão dos investidores.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa classifica-se como quantitativa uma vez que se utiliza de modelo estatístico para a obtenção do objetivo. Entretanto, na parte inicial do estudo empírico está presente a característica qualitativa, por meio da análise de conteúdo.

Quanto aos objetivos a pesquisa é explicativa uma vez que se busca estabelecer os fatores e as relações que explicam o nível de reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos.

Quanto aos procedimentos a pesquisa é classificada como documental e *ex-post facto*, pois se vale da seleção, organização e obtenção de dados de documentos que ainda não foram tratados para o objeto que se pretende e *ex-post facto* por que o experimento com os dados tabulados ocorre depois que os fatores ocorreram.

3.2 Descrição dos procedimentos metodológicos

Inicialmente tem-se uma descrição da amostra, após os aspectos relacionados com os procedimentos para avaliar se as empresas estavam cumprindo as normas contábeis. Por fim, tem-se a descrição dos procedimentos de estimação, apresentando o modelo a ser estimado, as variáveis e as relações esperadas entre o regressando e os regressores.

3.2.1 População, amostra e período de análise

A população de análise refere-se ao conjunto de companhias que compuseram o IBOVESPA, durante o período de 2003 até 2005. Durante o período havia cinquenta empresas. Destas buscou-se aquelas com características mais homogêneas, de forma que é uma amostragem não-probabilística e cuja técnica é a de julgamento. Assim, do conjunto inicial de 50 empresas foram retiradas às instituições financeiras e as empresas cuja atividade única fosse o exercício do controle sobre o grupo econômico, justamente pelas características peculiares das demonstrações financeiras destas entidades. Com isso, a amostra resultou em 29 empresas, conforme pode ser observado no Quadro 1, na seqüência.

Quadro 1 – Amostra final de empresas do IBOVESPA pesquisadas

Nº	NOME IBOVESPA	Nº	NOME IBOVESPA
1	ACESITA	16	LIGHT
2	ARACRUZ	17	NET
3	BRASIL TELECOM	18	PETROBRAS
4	BRASKEM	19	SABESP
5	CELESC	20	SID NACIONAL
6	CAEMI	21	SOUZA CRUZ
7	CEMIG	22	SADIA S/A
8	CESP	23	TELEMAR N L
9	COMGAS	24	TELESP
10	COPEL	25	TRACTEBEL
11	ELETROBRAS	26	TRAN PAULIST
12	ELETROPAULO	27	USIMINAS
13	GERDAU	28	V C P
14	IPIRANGA PET	29	VALE R DOCE
15	KLABIN S/A		

Fonte: Elaboração própria

A análise das empresas constantes do Quadro 1, no período definido, resultou em 87 demonstrações financeiras, das quais se obteve os dados para a análise empírica. Esse número é significativo para a análise pretendida.

O período de 2003 a 2005 é relevante, pois se crê que nestes anos a aplicação da deliberação 273/98 já estava consolidada. Além disso, durante este período, ocorreu a publicação da Resolução 998/2004 do CFC, a qual possui conteúdo e características análogas às da Deliberação CVM, reforçando a necessidade do correto tratamento contábil dos Ativos Fiscais Diferidos, estendendo responsabilidades aos contadores a esse respeito.

3.2.2 Análise do cumprimento das normas contábeis

Para verificar se as empresas estudadas apresentaram informações adequadas sobre os Ativos Fiscais Diferidos reconhecidos em seus Balanços Patrimoniais, mediante a correta aplicação das normativas contábeis específicas, durante o período analisado, realizou-se um exaustivo exame do conteúdo das demonstrações financeiras publicadas.

As informações obtidas por meio do exame dos balanços e das notas explicativas foram tabuladas e avaliadas no sentido de verificar o reconhecimento e a evidenciação de ativos diferidos, comparando-os com Deliberação 273/98 da CVM.

3.2.3 Descrição do modelo e dos procedimentos estatísticos

O teste do modelo estatístico é que permite atingir o objetivo deste trabalho. Assim, ele estabelece a relação entre o nível de reconhecimento de ativos fiscais diferidos com o endividamento, a liquidez, a rentabilidade e o tamanho das companhias estudadas.

Para obter uma explicação sobre a dependência que possa existir entre as variáveis analisadas, na amostra de empresas estudadas, se formulou um modelo econométrico geral, conforme WOOLDRIDGE (2006), que se baseia na inclusão de todas as variáveis que teoricamente acredita-se estarem relacionadas, para em seguida, a partir da estimação do modelo, retirar aquelas que forem redundantes com esse procedimento, identificar-se àquelas que explicam, com um nível de significância de 95%, a variação da variável dependente, isto é, o Índice de Ativos Fiscais Diferidos (IAFD).

O método de estimação do modelo é definido como de regressão múltipla estimado por mínimos quadrados ordinários, com dados em painel. A técnica de painel foi de coeficientes fixos por duas razões. A primeira em função da amostra não ser aleatória e ter sido retirada de uma pequena população. A segunda, em função de crer-se que os regressores estejam correlacionados com o erro. Essas duas razões podem ser verificadas em GUJARATI (2006) e em WOOLDRIDGE (2006). A utilização de dados em painel além de ampliar a amostra, dando maior nível de confiança aos dados, também permite eliminar o efeito das variáveis não observadas na relação que se pretende estimar (STOCK; WATSON, 2004). Sendo que a regressão por mínimos quadrados ordinários também esta adequada para estas situações (HILL; GRIFFITHS; JUDGE, 2003). O programa utilizado para a estimação do modelo e realizar as análises necessários ao estudo, foi o *EViews*.

O modelo e as variáveis

O Modelo Econométrico Geral para a confrontação das hipóteses é:

$$IAFD_{it} = \beta_0 + \beta_1 ENDTO_{it} + \beta_2 LC_{it} + \beta_3 LG_{it} + \beta_4 RF_{it} + \beta_5 TI_{it} + \beta_6 T2_{it} + \alpha_i + e_{it} \quad (1)$$

Onde:

- $IAFD_{it}$: Índice de Ativos Fiscais Diferidos da empresa “i” no período “t”, que é a variável dependente, resultante da divisão entre o valor dos Ativos Fiscais Diferidos pelo valor do Ativo Total. Sendo i = empresa de 1 até 29, e t = anos de 2003 até 2005;
- β_0 : É o termo constante do modelo econométrico;
- β_1, \dots, β_6 : São os parâmetros das variáveis explicativas, que serão estimados pela regressão múltipla e que podem explicar a variação do IAFD;
- $ENDTO$: Endividamento calculado para a empresa “i” no período “t”, obtido pela divisão do valor do Exigível Total pelo valor do Ativo Total.

- **LC**: Liquidez Corrente calculada para a empresa “i” no período “t”, obtida pela divisão do valor do Ativo Circulante pelo valor do Passivo Circulante.
- **LG**: Liquidez Geral calculada para a empresa “i” no período “t”, obtida a partir da divisão entre os valores (Ativo Circulante + Realiz. a Longo Prazo) pelo valor do Exigível Total.
- **RF**: Rentabilidade Financeira calculada para a empresa “i” no período “t”, calculada pela divisão entre o valor do Lucro Líquido e o valor do Patrimônio Líquido.
- **T1**: Tamanho 1 calculado para a empresa “i” no período “t”, obtido a partir do logaritmo do valor da Receita Líquida do Exercício;
- **T2**: Tamanho 2 calculado para a empresa “i” no período “t”, obtido a partir do logaritmo do valor do Ativo Total;
- α_i : É a variável não observada e se supõe que esteja relacionada com as variáveis independentes; e
- e_{it} : É o termo que representa o erro da estimação.
- Amostra: 29 companhias brasileiras participantes do IBOVESPA, escolhidas conforme critério apresentado no Capítulo 3, durante o período de 2003 até 2005.

Hipóteses

Com base em estudos desenvolvidos por outros autores, conforme descrito na seção 2,- considerando que as empresas estudadas cumprem com a norma CVM que disciplina o reconhecimento e apresentação de Ativos Fiscais Diferidos no Balanço – constrói-se as hipóteses que orientaram esse trabalho. Em primeiro lugar, tem-se a hipótese nula, e na sequência, a hipótese alternativa, conforme segue:

- Hipótese 1 ($H_{0,1}$): Não existe relação entre o IAFD e o Endividamento das empresas.
- Hipótese 1' ($H_{1,1}$): Existe relação entre o IAFD e o Endividamento (ENDTO) das empresas.

Com relação a esta hipótese nº 1, se espera que a relação seja $\beta_1 > 0$, pois as empresas buscariam registrar um valor maior de Ativos Fiscais Diferidos quando tivessem um índice de endividamento mais elevado, como forma de aumentar o valor de seu ativo, melhorar o PL e como consequência, diminuir o índice desfavorável.

- Hipótese 2 ($H_{0,2}$): Não existe relação entre o IAFD e a Liquidez Circulante das empresas.
- Hipótese 2' ($H_{1,2}$): Existe relação entre o IAFD e a Liquidez Circulante das empresas.

Nesta segunda hipótese se espera que a relação entre LC e IAFD seja $\beta_2 < 0$, supondo que o IAFD esteja inversamente relacionado com a Liquidez Corrente. Nesta suposição as empresas poderiam estar propensas a reconhecer um valor mais significativo de Ativos Fiscais Diferidos quando tivessem uma baixa liquidez, tentando desta maneira aumentar o valor de seus ativos circulantes, e como consequência, melhorar o índice LC.

- Hipótese 3 ($H_{0,3}$): Não existe relação entre o IAFD e a Liquidez Geral (LG) das empresas.
- Hipótese 3' ($H_{1,3}$): Existe relação entre o IAFD e a Liquidez Geral (LG) das empresas.

A relação esperada nesta hipótese é $\beta_3 < 0$, uma vez que se supõe que o IAFD esteja inversamente relacionado com a Liquidez Geral, ou seja, as empresas teriam uma tendência em reconhecer um valor mais significativo de Ativos Fiscais Diferidos quando tivessem baixa liquidez geral, buscando aumentar o valor de seus ativos realizáveis e como consequência, buscando melhorar o índice LG.

- Hipótese 4 ($H_{0,4}$): Não existe relação entre o IAFD e a Rentabilidade Financeira das empresas.
- Hipótese 4' ($H_{1,4}$): Existe relação entre o IAFD e a Rentabilidade Financeira (RF) das empresas.

A relação esperada nesta hipótese é $\beta_4 < 0$, supondo que o IAFD esteja inversamente relacionado com a Rentabilidade Financeira. O reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos, oriundo de diferenças temporárias positivas, pode ter como contrapartida uma receita ou

redução na despesa de Tributos sobre Lucros, fato que aumenta o lucro, ou ao menos, diminui o prejuízo. Em consequência, uma empresa com um lucro menor, poderia ter maior propensão para reconhecer Ativos Fiscais Diferidos, com o objetivo de melhorar o índice de Rentabilidade Financeira.

- Hipótese 5 ($H_{0,5}$): Não existe relação entre o IAFD e o Tamanho 1 (T1) das empresas.
- Hipótese 5' ($H_{1,5}$): Existe relação entre o IAFD e o Tamanho 1 (T1) das empresas.

A relação aqui esperada é $\beta_5 \neq 0$, pois a priori não se pode preestabelecer uma tendência de que um volume maior ou menor de receitas determine um maior ou menor nível de Ativos Fiscais Diferidos. Assim, nesta hipótese se pretende verificar primeiramente se existe relação entre o IAFD e o Tamanho (T1) das empresas, para depois identificar se esta relação é positiva ou negativa.

- Hipótese 6 ($H_{0,6}$): Não existe relação entre o IAFD e o Tamanho 2 (T2) das empresas.
- Hipótese 6' ($H_{1,6}$): Existe relação entre o IAFD e o Tamanho 2 (T2) das empresas.

Da mesma forma que na Hipótese 5, a relação que se espera na hipótese atual é $\beta_6 \neq 0$. Assim, se pretende verificar em primeiro lugar se existe relação entre o IAFD e o Tamanho 2 (T2) das empresas, para depois identificar se a mesma é positiva ou negativa.

4 ESTUDO EMPÍRICO REALIZADO NA AMOSTRA DE EMPRESAS IBOVESPA

4.1 Análise do Cumprimento das Normas Contábeis pelas Empresas Componentes da Amostra

Para verificar se as empresas estudadas haviam cumprido com a Deliberação CVM 273/98, realizou-se primeiramente uma análise qualitativa do conteúdo das demonstrações financeiras divulgadas. Categorizando e classificando as informações divulgadas pelas 29 empresas da amostra, o valor reconhecido de Ativos Fiscais Diferidos foi informado da seguinte forma durante os exercícios de 2003 até 2005:

- Vinte e sete (27) empresas apresentaram valores relativos a Ativos Fiscais Diferidos reconhecidos nos três exercícios;
- Uma empresa só apresentou ativos desta natureza reconhecidos em um ano, e
- Uma empresa não apresentou estes ativos reconhecidos em nenhum dos três exercícios.

Pela análise realizada foi possível observar os seguintes aspectos relativos à evidenciação realizada pelas empresas investigadas:

- Todas as empresas, que possuem reconhecidos os Ativos Fiscais Diferidos, apresentaram os mesmo distinguidos de outros ativos, separando-os em itens de curto e longo prazo;
- Os Ativos Fiscais Diferidos de curto prazo foram apresentados no Ativo Circulante e os de longo no Realizável a Longo Prazo;
- Oito empresas da amostra apresentaram estes ativos em contas específicas, distintas de outros ativos e de outras contas de natureza fiscal;
- Nos exercícios de 2003 e 2004, dezenove (19) empresas apresentaram em seus balanços, os Ativos Fiscais Diferidos agrupados em outras contas que representam créditos de natureza fiscal, enquanto que em 2005, vinte (20) empresas adotaram este procedimento;
- Aquelas empresas que apresentaram os ativos fiscais diferidos agrupados com outras contas que representam créditos de natureza fiscal evidenciaram estes valores nas notas explicativas, explicitando sua composição; e
- Nas notas explicativas as empresas apresentaram as informações requeridas pela Deliberação CVM, com relação aos Ativos Fiscais reconhecidos.

A partir da análise da forma de apresentação dos Ativos Fiscais Diferidos, nos balanços patrimoniais das empresas estudadas, conclui-se que foram cumpridos os aspectos

requeridos pela Deliberação 273/98 da CVM. Da mesma forma, as informações divulgadas nas notas explicativas, apresentam um nível adequado de cumprimento desta norma contábil.

Com base nos exames realizados, percebe-se que as empresas que compõe a amostra estudada, cumpriram adequadamente a norma da CVM que regula o reconhecimento, a contabilização e a divulgação de informações relativas aos Ativos Fiscais Diferidos.

Comprovado o cumprimento da norma CVM, conclui-se que os diferentes níveis de Ativos Fiscais Diferidos, reconhecidos pelas empresas estudadas, não podem ser explicados pelo cumprimento ou não da normativa contábil, pois todas as empresas demonstraram atender aos preceitos normativos. Assim, se faz necessário identificar outros fatores que possam explicar este aspecto, conforme estudo que se realiza na seção seguinte.

4.2 Análise dos Fatores Determinantes no Reconhecimento dos Ativos Fiscais Diferidos nas empresas da amostra

A análise de regressão proposta é composta de sete variáveis conforme descrito modelo (1) definido capítulo 3. Assim, antes de apresentar os resultados da regressão faz-se uma análise das estatísticas descritivas dessas variáveis, permitindo assim, uma melhor compreensão dos resultados da estimação.

A partir dos dados da amostra (n = 87 observações), obtidos das demonstrações financeiras das empresas do IBOVESPA, nos exercícios de 2003 até 2005, foram calculados os índices ora analisados, que apresentaram as características descritivas conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística Descritiva das Variáveis da Amostra de Empresas do IBOVESPA

Estatística Descritiva	RAFD	ENDTO	LC	LG	RF	T1	T2
Média	0,033338	0,528699	1,163259	0,783247	0,217025	6,605112	6,960231
Mediana	0,025300	0,539135	1,003938	0,658860	0,216153	6,611018	6,938366
Máximo	0,121228	1,116932	5,045733	3,200160	1,650475	8,024578	8,187558
Mínimo	0,000000	0,090230	0,031767	0,132173	-0,940066	4,675026	6,034324
Desvio Padrão	0,027880	0,218596	0,704324	0,503002	0,254044	0,510417	0,469147
Assimetria	1,333409	0,112567	2,234839	2,045017	1,031920	-0,276699	0,523773
Curtose	4,724390	3,052055	1,239816	9,381096	1,748795	5,158368	3,049000
Jarque-Bera	36,559710	0,193556	392,59980	208,24450	776,33040	17,997410	3,986606
Probabilidade	0,000000	0,907757	0,000000	0,000000	0,000000	0,000124	0,136245

Fonte: Elaboração própria com a utilização do *EViews*

Observando os dados da Tabela 1, é possível identificar que a variável dependente, o IAFD, não se caracteriza como uma distribuição normal. A estatística Jarque Bera é composta pelas estatísticas de Assimetria e Curtose. Assim, ela avalia se os dados apresentam distribuição normal, levando em consideração essas duas medidas de distribuição de frequência. A probabilidade exata de ocorrer a hipótese nula – de normalidade – é dada pela Probabilidade. Logo se esse valor for inferior ao nível de significância de 10% não se aceita H_0 – isso é, que os dados possuam distribuição normal.

Das variáveis explicativas, o ENDTO é uma variável que pode ser considerada como uma distribuição normal, com uma probabilidade aproximada de 0,9077, e T2, também não se pode rejeitar a hipótese de sua normalidade. A não normalidade das demais variáveis não impede sua utilização para a presente análise uma vez que se busca estabelecer os parâmetros da regressão e não fazer inferências sobre a população em “n” situações específicas.

Estimando o modelo geral, por meio da regressão múltipla, com uso do *EViews* se obteve o resultado apresentado na Tabela 2, na página seguinte. Nesta tabela é possível verificar que o modelo estimado apresenta um Coeficiente de Determinação ajustado de 0,9288. Esse valor é significativo, pois as variáveis do modelo estariam explicando aproximadamente 92,9% das variações do IAFD. No entanto, existem quatro variáveis não significativas no modelo. Por ordem decrescente de significância, são: *RF*, *LG*, *T1*, *LC*. Erros

de especificação por inclusão de variáveis redundantes podem afetar significativamente a magnitude dos parâmetros do verdadeiro modelo. Assim, foram realizadas quatro regressões retirando a menos significativa e avaliando o efeito das demais. Após re-estimando novamente com as duas menos significantes e avaliando o resultado novamente e assim procedendo até a quarta. Em todas essas regressões, as variáveis mencionadas continuaram não sendo significativas de forma que não se pode rejeitar as hipóteses nulas $H_{0,2}$, $H_{0,3}$, $H_{0,4}$, $H_{0,5}$, e se conclui que no período analisado, a variação do Índice de Ativos Fiscais Diferidos (IAFD) não possui relação significativa com a variação dos índices de Liquidez Circulante (LC), Liquidez Geral (LG), Retorno Financeiro (RF), nem com o tamanho da empresa com base no logaritmo de sua Receita Líquida anual (TI).

Tabela 2 – Resultados da regressão múltipla do IAFD e todas as variáveis explicativas

Dependent Variable: IAFD		Method: Panel Least Squares		
Sample: 2003 2005		Cross-sections included: 29		
Total panel (balanced) observations: 87				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
ENDTO	0.036760	0.016285	2.257319	0.0282
LC	0.002474	0.002224	1.112315	0.2711
LG	-0.004134	0.007807	-0.529583	0.5987
RF	-0.002178	0.005689	-0.382824	0.7034
T1	0.012046	0.011367	1.059690	0.2942
T2	-0.064094	0.021569	-2.971526	0.0045
C	0.381283	0.113527	3.358518	0.0015
Effects Specification				
Cross-section fixed (dummy variables)				
R-squared	0.956964	F-statistic	34.00881	
Adjusted R-squared	0.928826	Prob(F-statistic)	0.000000	
Durbin-Watson stat	1.983259			

Fonte: Elaboração própria com a utilização de EViews

Já as variáveis explicativas ENDTO e T2 (Tamanho 2) mantiveram durante o processo de análise, seu poder de explicação da variável dependente IAFD. Assim, para a estimação final do modelo e da equação que pode explicar a variação do IAFD na amostra de empresas do IBOVESPA, durante o período analisado, se manteve somente estas duas variáveis explicativas, ou seja, o índice Endividamento (ENDTO) e a variável que representa o tamanho da empresa com base no logaritmo do valor de seu Ativo (T 2). Com a nova estimação do modelo, se obteve o resultado apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Resultado final da regressão múltipla do IAFD e as variáveis explicativas ENDTO e T2

Dependent Variable: IAFD		Method: Panel Least Squares		
Sample: 2003 2005		Cross-sections included: 29		
Total panel (balanced) observations: 87				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
ENDTO	0.025490	0.012703	2.006587	0.0496
T2	-0.042389	0.014449	-2.933688	0.0048
C	0.314899	0.100153	3.144165	0.0027
Effects Specification				
Cross-section fixed (dummy variables)				
R-squared	0.954207	F-statistic	38.89635	
Adjusted R-squared	0.929675	Prob(F-statistic)	0.000000	
Durbin-Watson stat	1.834387			

Fonte: Elaboração própria com uso do EViews

Observando os resultados obtidos na Tabela 3, é possível concluir que a variação do IAFD é explicada em aproximadamente 92,97% pela variação das variáveis explicativas ENDTO e T2. Destaca-se o poder de explicação dessas duas variáveis na variação do IAFD, pois apenas essas duas variáveis conseguem explicar mais de 90% da variância do IAFD. Em termos de relevância das variáveis explicativas T2 é a mais relevante, dado que é significativo a 1%. O ENDTO também é relevante e é significativo a 5%.

Como reforço da melhora deste modelo em relação ao geral, apresentado na tabela 2, pode-se verificar que:

- O Coeficiente de Determinação ajustado apresentou uma pequena melhora em seu valor (0,928826 para 0,929675) indicando que as variáveis incluídas no modelo irrestrito apresentavam relação espúria, dado que o R^2 é uma função não decrescente do número de variáveis – fazendo com que o R^2 fosse maior nessa regressão- mas o como o R^2 ajustado penaliza o grau de explicação pela perda de graus de liberdade. Assim, uma melhora nesse indicador significa uma melhora do modelo ajustado.
- Pela análise de variância, dado pelo F-estatístico, também ocorreu melhora na significância do modelo, pois essa estatística foi maior (de 34,0081 para 38,89635) no modelo dado na tabela 3.

Problemas de autocorrelação e heteroscedasticidade que poderiam prejudicar a validade do modelo foram testadas pelo “d” de *Durbin-Watson* com o objetivo de identificar a possibilidade de autocorrelação ou correlação serial entre as variáveis e o teste de *White* buscando identificar problema de heteroscedasticidade no modelo estimado.

Em função do modelo apresentado na tabela 3, se conclui que estatística “d” deveria apresentar-se próximo a 2,00, não ser inferior ao valor de 1,7 nem mesmo estar muito acima de 2,3 (GUJARATI, 2006). Assim, a partir dos dados apresentados na Tabela 3, se identifica um valor de 1,834387 relativo a estatística “d” de *Durbin-Watson*, o qual está dentro do limite estabelecido, comprovando que não existe autocorrelação entre as variáveis explicativas do modelo projetado na regressão.

O teste de heteroscedasticidade proposto por *White* relaciona o erro ao quadrado a todas as variáveis explicativas em valores correntes, mais o quadrado desses valores. Este teste está destinado para testar as formas de heteroscedasticidade que invalidem os erros típicos e as estatísticas dos testes habituais estimados por mínimos quadrados ordinários (WOOLDRIDGE, 2006). Aplicando o teste de *White*, se obteve como resultado os dados da Tabela 4.

Tabela 4 – Projeção do erro dos termos das variáveis do modelo final (Teste de *White*)

Dependent Variable: ERRO_IAFD^2		Method: Panel Least Squares		
Date: 12/05/07		Sample: 2003 2005		
Cross-sections included: 29		Total panel (balanced) observations: 87		
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.002146	0.002262	-0.948428	0.3457
ENDTO	7.97E-05	0.000224	0.355522	0.7231
T2	0.000618	0.000643	0.961650	0.3391
ENDTO^2	-8.27E-05	0.000199	-0.415650	0.6788
T2^2	-4.39E-05	4.52E-05	-0.970736	0.3345
Effects Specification				
Cross-section fixed (dummy variables)				
R-squared	0.016706	F-statistic	0.348292	
Adjusted R-squared	0.031260	Prob(F-statistic)	0.844510	
Durbin-Watson stat	1.488869			

Fonte: Elaboração própria com uso do *EViews*

Pelos resultados evidenciados na Tabela 4, se conclui que o modelo projetado na Tabela 3 não apresenta problemas de heteroscedasticidade, pois a probabilidade de que todos os parâmetros estimados seja zero, dado pelo F-Estatístico, está muito acima do nível de significância de 10%. Ou seja, a probabilidade exata de que todos os parâmetros sejam zero é de 0,8445. Assim, pode-se concluir que no modelo estimado não existe problemas de heteroscedasticidade de forma que o mesmo pode ser aceito para explicar a variação do IAFD nas empresas do IBOVESPA no período estudado.

Em resumo, considerando a validade do modelo e dos resultados dos testes realizados, se conclui que a variação do IAFD - nas empresas e no período analisado - é explicada em aproximadamente 93% pela variação dos índices ENDTO e T2. As estatísticas relevantes neste modelo são o coeficiente de determinação (R^2 ajustado) de 0,929675 e o nível de significância dos betas estimados que foram de 5% para o ENDTO e 1% para T2, sem problemas de heteroscedasticidade e autocorrelação. Estes resultados permitem afirmar com 95% de confiança que ENDTO e T2 explicam 92,96% da variação do IAFD, cujo modelo é:

$$\text{RAFD} = 0,314899 + 0,025490\text{ENDTO} - 0,042389\text{T2} + \alpha_i + \epsilon_i$$

Conhecida equação final que explica a variação do IAFD nas empresas estudadas (IBOVESPA), faz-se necessário apresentar as seguintes considerações:

- a. Para o índice ENDTO, se esperava na hipótese formulada, que sua relação com a variável IAFD fosse $\beta_1 > 0$. Esta suposição se confirmou, pois seu parâmetro estimado no modelo final é 0,025490, e portanto, maior que zero;
- b. Interpretando o termo composto pelo índice ENDTO e seu parâmetro estimado, se verifica que um aumento de uma unidade decimal (0,1) neste índice, aumentará o IAFD em 0,0025,
- c. Para o índice T2, se esperava na hipótese formulada, que sua relação com a variável IAFD fosse $\beta_6 \neq 0$. Esta suposição se confirma, pois seu parâmetro estimado no modelo é -0,042389, ou seja, é diferente de zero;
- d. Interpretando o termo composto pelo índice T2 e seu parâmetro estimado, se conclui que um aumento de 1% neste índice, diminuirá o IAFD em 0,00042%,
- e. Por fim, se pode concluir que:
 - i. Os gestores das empresas estudadas podem estar reconhecendo um valor maior de Ativos Fiscais Diferidos quando o índice de endividamento estiver maior, buscando assim, aumentar o valor do ativo, melhorando o Patrimônio Líquido pelo reflexo de um melhor resultado, e como consequência, diminuir o índice ENDTO quando este não se apresente em parâmetros aceitáveis; e
 - ii. Quanto maior for o tamanho da empresa, menor se apresentará o IAFD, ou seja, as empresas com um menor valor no seu ativo poderiam ter uma maior propensão para reconhecer um valor mais significativo de Ativos Fiscais Diferidos.

Pela análise realizada, foi possível demonstrar que nesta amostra de empresas do IBOVESPA, durante o período analisado, a variação do nível de Ativos Fiscais Diferidos, identificado pelo IAFD, pôde ser explicada pela variação do Endividamento e pelo valor do Ativo (T2) destas empresas. Nos dois casos, houve uma relação inversa entre as variáveis, confirmando as hipóteses formuladas.

5 CONCLUSÕES

O estudo teve como objetivo identificar, na amostra de empresas do IBOVESPA, durante o período de 2003 a 2005, quais os fatores que teriam sido determinantes na decisão de gestores e contadores no reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos.

A partir da primeira parte da análise empírica, concluiu-se que os diferentes níveis de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, não poderiam ser explicados pelo grau de

cumprimento das normativas contábeis da CVM que disciplinam este aspecto, pois todas as empresas pesquisadas cumpriram com a referida regra contábil.

Esta conclusão preliminar, remete a segunda parte do estudo, onde por meio de uma regressão múltipla se obteve o resultado que demonstra que a variação do nível de Ativos Fiscais Diferidos (IAFD) nas empresas do IBOVESPA, durante o período analisado, é explicada em aproximadamente em 93% pela variação dos índices de Endividamento e Tamanho 2, o qual foi medido pelo logaritmo do valor do Ativo das empresas.

Pelos resultados demonstrados na equação final conclui-se que os gestores das empresas estudadas podem estar reconhecendo um valor maior de Ativos Fiscais Diferidos quando o índice de endividamento estiver maior, buscando assim, aumentar o valor do ativo, melhorando o Patrimônio Líquido pelo reflexo de um melhor resultado, e como consequência, diminuir o índice Endividamento, revelando indícios de manipulação contábil, em consonância com resultados obtidos em estudos anteriores e com as idéias de vários autores citados durante o estudo.

A outra conclusão obtida revela que as empresas com um menor valor no seu ativo poderiam ter uma maior propensão para reconhecer um valor mais significativo de Ativos Fiscais Diferidos. É importante considerar que o presente estudo pode ter prosseguimento, com a ampliação do campo de pesquisa em um conjunto maior de empresas, de diferentes segmentos, inclusive com a análise de outros aspectos que possam revelar práticas de gerenciamento de resultados e manipulação contábil em empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FABRETTI, Lúaudio C. Contabilidade Tributaria. 10ª Edição. Editora Atlas, São Paulo, 2006.
- FERNÁNDEZ R., Elena, MARTÍNES A., Antonio e ÁLVAREZ G., Santiago. Contabilidad versus Fiscalidad: Situación Actual y Perspectivas de Futuro en el Marco Del Libro Blanco de la Contabilidad. Instituto de Estudios Fiscales. Universidad Complutense de Madrid. DOC. N° 02/03, 2003.
- FIELDS, T., LYS T. e VINCENT L. Empirical Research on Accounting Choice. *Jornal os Accounting and Economics*, vl. 31, pp. 255-307, 2001.
- GARCÍA-AYUSO C., Manuel. e ZAMORA R., Constancio. Análisis de dos Factores Determinantes en el Reconocimiento de Créditos por Pérdidas Fiscales en las Empresas Españolas. *Revista Española de Financ. y Contabilidad*, Vol. XXXII, nº 117, pp. 395-429, 2003.
- GÓMEZ V., Francesc. El Método Del Efecto Impositivo en España: El caso de las empresas con cotización en bolsa, período 1991-1998. Tesis Doctoral, Departament D'Economia de L'Empresa, Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2003.
- GORDON, E. A.; JOOS, P. R. Unrecognized Deferred Taxes: Evidence from the U. K., *The Accounting Review*, vol. 79, 1, January: 97-124, 2004.
- GUJARATI, Damodar. N. *Econometria Básica*. 4ª Edição, Elsevier Editora, Rio de Janeiro, 2006.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da Contabilidade*. Tradução da 5ª Edição Americana por Antonio Zorato Sanvicente. Editora Atlas, São Paulo, 2007.
- HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio H.; HIGUCHI, Celso H. *Imposto de Renda das Empresas: Interpretação d Prática*. 30ª Edição São Paulo, IR Publicações, 2005.
- HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G. *Econometria*. 2ª Edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2003.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 8ª Edição, São Paulo. Editora Atlas, 2006.

- IUDÍCIBUS, Sergio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto R. Manual de Contabilidade das Sociedades das Ações. 7ª Edição, São Paulo. Editora Atlas, 2007.
- LABATUT S., Gregorio. Contabilidad y Fiscalidad del Resultado Empresarial. Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas, Ministerio de Economía y Hacienda, Madrid, 1992.
- LLORENTE S., M.S. Aspectos Contables del Impuesto sobre Sociedades. ICAC / Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas, Madrid, 1987.
- LÓPEZ C., José Luíz. Contabilización del Impuesto sobre beneficios. Revista Española de Financiación y Contabilidad. Vol. XIX, Nº 47, 1985.
- MILLER, G. S.; SKINNER, D. J. Determinants of the valuation allowances for deferred tax assets under SFAS nº 109, The Accounting Review, vol. 73, 2, April: 213-233, 1998.
- MODIGLIANI, F.; MILLER, M. The Cost of Capital. Corporation Finance and the Theory of Investment. American Economic Review, vol. 48, pp. 261-297, 1958.
- MONTERREY M., J. Contabilidad del Impuesto sobre Beneficios: Una perspectiva para el Sistema Contable Español. Revista Española de Financ.y Contabilidad. Vol. XVI, Nº 54, 1987.
- MORENO R., José. Contabilidad y Fiscalidad: Diferencias Entre Resultado Contable y Base Imponible en el Nuevo Impuesto Sobre Sociedades. Sevilla, Universidad de Sevilla, 1997.
- OLIVEIRA, Luís M. de; CHIEREGATO, Renato; PEREZ JÚNIOR, José H.; GOMES, Marliete B. Manual de Contabilidade Tributária. 6ª Edição, São Paulo. Editora Atlas, 2007.
- OPPENHEIM, A. N. Questionnaire design, interviewing and attitude measurement. London, Pinter, 1993.
- STOCK, James H.; WATSON, Mark W. Econometria. Ed. Pearson, São Paulo, 2004.
- VELA R., J.J. Tratamiento contable del impuesto sobre beneficios. Departamento de Economía Financiera y Contabilidad, Universidad de Murcia, Documento de Trabajo nº 5, 1995.
- _____. Contabilizamos Correctamente el Impuesto sobre Beneficios? Los Problemas Conceptuales y Operativos de su Tratamiento. Técnica Contable, Año LII, Nºs 620-621, 2000.
- WASSERMAN, Cláudio. O Ativo Fiscal Diferido no Sistema Financeiro Nacional: Análise e proposta de contabilização. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à Econometria: uma abordagem moderna. 2ª Edição, Pioneira Thomson Learning, São Paulo, 2006.